



Mãe Terra

INSTITUTO MÃE TERRA - Raízes sustentáveis para o desenvolvimento
CNPJ Nº. 10.341.392/0001-06 - I.E.: Isento - Inscrição Municipal Nº. 174978001
Rua Benedito Cláudio, nº118, Centro.
Porto Seguro - Bahia - CEP 45.810-000
+55 73 3268-5447 / 3012-1050



Avante
Juventude Pataxó

**ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DO JOVEM
INDÍGENA DA ETNIA PATAXÓ DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO
EXTREMO SUL DA BAHIA**

Mãe Terra

**PORTO SEGURO - BAHIA
2014**

Roteiro e Organização dos Textos:

Altamar Felberg
Ubirajara de Aguiar

Revisão dos Textos:

Solange Fonseca

Organização e Sistematização de Dados e Informações:

Calitta Felberg Pereira
Elismar Fernandes dos Santos
Paula Morsoleto

Projeto Gráfico:

Altamar Felberg

Impressão e Acabamento:

Gráfica Collor

Realização/Edição:

INSTITUTO MÃE TERRA

Altamar Felberg, Coordenação Geral
Calitta Felberg Pereira, Assistência Social
Elismar Fernandes dos Santos, Pesquisa e Comunicação
Flaelma Almeida da Silva, Coordenação Executiva
Mayara Perelo C. Lopes, Coordenação Administrativa
Paula Morsoleto, Suporte Técnico
Soraia Perelo, Coordenação Pedagógica
Ubirajara Aguiar, Monitoramento e Avaliação

Patrocínio:

PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A
Gerência de Responsabilidade Social
Armando Trípude, Gerência Executiva
Paulo Oliveira de Araújo Neto, Gerência de Programas Sociais
David Gomes Legal, Gestão Regional de Projetos Sociais

Apoio:

CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIA E PESQUISA – CINTEP
FACULDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES – FNSL

Instituto Mãe Terra

I59a Aspectos demográficos e socioeconômicos do jovem indígena Pataxó do território de identidade do Extremo Sul da Bahia. / Altamar Felberg e Ubirajara de Aguiar. - Salvador: IMT, 2014.

31f. : 30 cm.

1. Políticas públicas. 2. Comunidades indígenas - Bahia. 3. População indígena. 4. 5. Levantamentos demográficos. 6. Aspectos socioeconômicos. 7. Estrutura etária. 8. Escolaridade. 9. Participação comunitária. 10. Condições habitacionais. I. Título.

CDU (=1-82) (813.8)

APRESENTAÇÃO

Visando à promoção da formação básica cidadã e qualificação profissional de jovens indígenas da região em que atua, o Instituto Mãe Terra – IMT, com patrocínio da PETROBRAS, está em fase de execução do **Projeto “Avante Juventude Pataxó” que visa promover a inclusão socioproductiva de 300 jovens indígenas da etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia** por meio de oficinas de formação social básica; cursos de qualificação profissional nas mais diversas áreas e; ações de desenvolvimento – na família, escola e comunidade. Com isso, espera-se contribuir com a inclusão socioprofissional de jovens pertencentes às minorias étnicas no contexto regional proposto, o que representa uma importante iniciativa social, que se acredita somará esforços para um importante avanço nas políticas de atendimento à juventude brasileira, com igualdade de oportunidades, concretizando ações efetivas de inclusão social e profissional de grupos vulnerabilizados e, sobretudo, compondo a justiça histórica cabível aos Povos Indígenas do nosso país.

O público-participante do Projeto pertence ao segmento populacional denominado como “Jovem”, segmento este que começou a ser um dos principais objetos de preocupação de Instituições dos Setores Público, Privado e do Terceiro Setor, particularmente a partir da década de 80, quando do momento da “redemocratização” do Brasil, consubstanciado pela promulgação da Constituição de 1988 até os dias atuais por meio de diversas ações materializadas através da realização de eventos e elaboração de documentos.

Conforme procedimentos metodológicos adotados em busca do Objetivo pretendido com o referido Projeto, foi estabelecido que este público deveria ser oriundo de 12 (doze) Aldeias Indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia: 04 no Município de Santa Cruz Cabrália – Coroa Vermelha, Juerana, Arueira e Mata Medonha; e 08 no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha. A partir do público-alvo selecionado, surgiu a necessidade de atender a um questionamento considerado como fundamental para melhor e maior entendimento do Projeto, ou seja: **“Quem é esse Jovem Indígena cujas atenções estão voltadas visando ao alcance dos objetivos desse Projeto?”** Na busca dessa resposta, foi proposta a execução deste trabalho – “Aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Indígena da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia” – cujo objetivo ficou definido como o de “apresentar o retrato do Jovem Indígena pertencente a um dos segmentos da População Indígena Pataxó no Estado da Bahia”, especificamente do segmento composto por jovens pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos, público-alvo do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo- Sul da Bahia”.

Altemar Felberg
Diretor Executivo – IMT

SUMÁRIO

RESUMO	05
INTRODUÇÃO	06
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
RESULTADOS	15
DISCUSSÃO	21
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	31



Mãe Terra

RESUMO

Objetivo: Apresentar aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Indígena da Etnia Pataxó do Extremo Sul da Bahia. **Procedimentos Metodológicos:** Os dados e informações foram fornecidos pelas 345 Fichas de Cadastramento dos Jovens que participam do Projeto Avante Juventude Pataxó, e que abrange 12 (doze) Aldeias indígenas – 04 do Município de Santa Cruz Cabrália e 08 do Município de Porto Seguro. **Resultados:** a maioria dos jovens, 311 (90,1%), é composta por solteiros e, como destaque, 230 (66,7%) estudam. Dos 130 com Curso Fundamental, somente 07 o concluíram e a maioria dos 123 (35,7%) não completou. Já 84 (24,5%) concluíram o Curso Médio. São profissionalizados 56 indígenas, sendo 13 (3,8%) em Escolas Profissionalizantes, 04 (1,2%) no Sistema S, 14 (4,1%) em ONGs e 22 (6,4%) em outras instituições. A participação comunitária é concretizada através de 58 (16,8%) deles que frequentam Associações de Bairro e 61 (17,7%) Escolas de Filhos. A maioria, 257 (74,5%), tem como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior, e, quanto à Área Profissional de preferência, 118 (36,3%) preferem a Área de Informática. **Conclusão:** A análise dos resultados dos aspectos demográficos e socioeconômicos revela uma situação que merece especial atenção, haja vista que, diante da evolução dos textos apresentados, com intervenções e iniciativas específicas, constata-se, por meio dos dados primários levantados, que o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos Projetos e Ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo e para a Formação Social, Qualificação Profissional, entre outros aspectos, significa a elaboração de difíceis propostas que implicam mudanças sociais, culturais e de valores.

Descritores: Políticas públicas, Comunidades indígenas – Bahia, População indígena, Levantamentos demográficos, Aspectos socioeconômicos, Estrutura etária, Escolaridade, Participação comunitária, Condições habitacionais.

ABSTRAC

Objective: To present demographic and socioeconomic aspects of the Young Indigenous Ethnicity Pataxó the Extreme South of Bahia. **Methodological Procedures:** Data and information were provided by 345 Sheets Registration Youth participating in Project Onward Youth Pataxó, and covering twelve (12) Indigenous villages - 04 in the Municipality of Santa Cruz Cabrália and 08 of the Municipality of Porto Seguro. **Results:** The majority of young people, 311 (90.1%), is composed of singles and, as highlighted, 230 (66.7%) study. Of the 130 with Fundamental Course, only 07 completed it and most of the 123 (35.7%) did not complete. Already 84 (24.5%) completed the East Course. 56 Indians are professionalized, 13 (3.8%) in Vocational Schools, 04 (1.2%) in the S System, 14 (4.1%) and NGOs in 22 (6.4%) in other institutions. Community participation is achieved by 58 (16.8%) of them attending Neighborhood Associations and 61 (17.7%) of Children Schools. The majority, 257 (74.5%), as has Project Educational and Professional Life attend Higher Education, and as for the Professional Area preferably, 118 (36.3%) prefer the area of Informatics. **Conclusion:** The results of the demographic and socioeconomic aspects reveals a situation that deserves special attention, considering that, before the evolution of the texts presented, with specific interventions and initiatives, it appears, by means of primary data collected, the challenge to build, improve and implement new projects and actions aimed at improving the quality of life in this study population and the social Formation, Professional Qualification, among other things, means developing a tough proposals involving social, cultural changes and values.

Keywords: Public Policies, Indigenous communities - Bahia, Indigenous population, demographic surveys, socioeconomic aspects, Age Structure, Education, Community Participation, Housing conditions.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como Objetivo apresentar o retrato do Jovem Indígena pertencente a um dos segmentos da População Indígena Pataxó no Estado da Bahia, especificamente do segmento composto por jovens pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos, selecionados para participarem como público-alvo do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia”. Assim, neste trabalho, são tratados aspectos demográficos e socioeconômicos considerados como relevantes para conhecimento dessa população, tais como idade, estado civil e sexo. Também são tratados: o grau de escolaridade; a qualificação profissional; a expectativa em relação aos resultados do Projeto para a Comunidade; além de informações sobre suas famílias; e características físicas e legais das suas Unidades Habitacionais. Para o levantamento dos dados e informações necessários ao desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas as Fichas de

Cadastramento de cada um dos componentes desse público-alvo, cujo preenchimento foi obrigatório para participação no Projeto, além dos pré-requisitos básicos e específicos, tais como: 1) ser indígena da Etnia Pataxó e ter idade entre 14 e 29 anos; 2) estar matriculado ou ter concluído estudos em escola pública; 3) ser oriundo de famílias com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo; 4) ser oriundo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 5) não estar fazendo estágio regular, nem ter emprego formal; e 6) não estar participando de outro Projeto para a Juventude.

Vale ressaltar que este público-alvo se encontra, reconhecidamente, no centro do conjunto de graves problemas causados pelas situações de desigualdade social e de desestruturação da sociedade, entre estes os relacionados à violência, ao desemprego, à falta de qualificação profissional, ao preconceito, à exploração sexual e ao uso de drogas lícitas e ilícitas, situação esta que se assemelha às de outros jovens pertencentes a outras comunidades indígenas do nosso país. No que diz respeito à relação Juventude *versus*

Trabalho “Há evidências de que uma parte significativa da juventude brasileira encontra dificuldades em se inserir e se manter no mercado de trabalho. Tomando como referência os estudos preliminares realizados pelo Dieese, em 2009, constata-se que, além de constituírem o grupo etário mais desfavorecido pelas condições restritivas de emprego, enfrentando altas taxas de desemprego e de informalidade, baixos rendimentos e ausência de proteção social, também, enfrentam elevadas taxas de rotatividade, principalmente por estarem em trabalhos precários, muitas vezes de caráter temporário” (BRASIL, 2011, p. 49).

Dessa forma, o “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia”, em execução pelo Instituto Mãe Terra e com patrocínio da Petrobras, como mais uma das ações do atual Programa Petrobras Socioambiental, foi idealizado com o objetivo de promover a formação social e qualificação profissional de 300 jovens indígenas da etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo

Sul da Bahia por meio de oficinas de formação social básica; cursos de qualificação profissional nas mais diversas áreas; e ações de desenvolvimento – na família, escola e comunidade. Como impacto, espera contribuir para as seguintes mudanças sociais:

- Jovens indígenas desenvolvidos pessoal e socialmente, com maior exercício da cidadania, participação popular e afirmação da sua identidade cultural;
- Jovens Indígenas com maior nível de conhecimento para atuarem no mercado de trabalho em áreas específicas: turismo, artesanato, reciclagem, esporte, saúde, agricultura e gestão;
- Jovens indígenas preparados e empoderados para assumirem lideranças em suas comunidades, desenvolverem seus territórios e fomentarem a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas afirmativas. Com isso, o Projeto visa à inclusão socioprofissional de jovens pertencentes às minorias étnicas no contexto regional proposto, apresentando-se como uma importante iniciativa social haja

vista que: a) vem ao encontro das demandas e reivindicações de jovens indígenas pertencentes às diversas etnias na Bahia e no Brasil, expostas nos vários eventos realizados, a exemplo do II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em Brasília (DF) em 2007; b) se identifica como uma eficiente ferramenta de redução da vulnerabilidade e das situações de riscos pessoal e social em que se encontra a maioria da população indígena jovem da zona turística da Costa do Descobrimento; c) se caracteriza como uma oportunidade para os jovens se identificarem como cidadãos sujeitos de direitos e deveres e atuarem como agentes promotores da cidadania e do desenvolvimento em suas comunidades; d) proporciona uma contribuição para a formação ética e cidadã da nova geração, propiciando condições e novas alternativas de inserção no mundo do trabalho; e) contribui com o processo de afirmação e valorização da cultura e identidade indígena; f) permite o estímulo e o fortalecimento do protagonismo, da participação e do empreendedorismo juvenil; e g) está em consonância com as políticas estabelecidas para a juventude,

sejam das esferas municipal, estadual e/ou nacional.

E, em busca do Objetivo pretendido, foi estabelecido que este público-alvo deveria ser oriundo de 12 (doze) Aldeias Indígenas do Extremo Sul da Bahia: 04 no Município de Santa Cruz Cabralia – Coroa Vermelha, Juerana, Arueira e Mata Medonha; e 08 no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha.

Destaca-se, ainda, que o público-alvo deste trabalho pertence ao segmento populacional denominado como “Jovem”, segmento este que começou a ser um dos principais objetos de preocupação de Instituições dos Setores Público, Privado e do Terceiro Setor, particularmente a partir da década de 80, quando do momento da “redemocratização” do Brasil, consubstanciado pela promulgação da Constituição de 1988. Assim, ao se voltar o olhar para esse processo histórico, podem ser destacados os questionamentos tratados sobre os direitos da criança e do adolescente e que resultaram na inclusão do art. 227 da Constituição Federal e na elaboração

do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Antecipando esse momento, encontram-se, também, a instituição, em 1985, do Ano Internacional da Juventude – Participação, Desenvolvimento e Paz, e a elaboração e aprovação do Programa Mundial de Ação para a Juventude – PMAJ, pela Organização das Nações Unidas – ONU. Vale destacar, nesse período, a explosão demográfica brasileira, quando os jovens entre 15 e 29 anos correspondiam a 29% da população nacional, além de que, até aquele momento no Brasil, praticamente inexisteriam políticas públicas específicas para os jovens, sendo os maiores de 18 anos inseridos em políticas sociais destinadas a todas as demais faixas, e que se caracterizavam, basicamente, como assistencialistas. Na continuidade desse processo, foi implementado em Belém-PA, em 1996, o Orçamento Participativo de Juventude, quando se buscou dirimir as dúvidas em relação à garantia aos direitos dos jovens, que deveria passar pelo seu reconhecimento como cidadãos e indivíduos em desenvolvimento, e as atenções voltadas para o respeito às suas diferenças e múltiplas

identidades. Vale ressaltar que tudo isso chega ao âmbito do poder público ao final da década de 90. Assim, ainda nesse processo, em 2003, foi lançada a Frente Parlamentar da Juventude, visando ao acompanhamento dos projetos governamentais destinados aos Jovens. Nesse momento, foi criada a Comissão Especial destinada ao acompanhamento e ao estudo de propostas de Políticas Públicas para a Juventude, formada por parlamentares da Câmara Federal. Em 2004, foi elaborado, pela Comissão Especial da Juventude, o Projeto de Lei nº 4530/2004 visando ao Plano Nacional. Outro documento que se encontra também em tramitação no Congresso, o Estatuto da Juventude, foi proposto como Projeto de Lei nº 27/2007, elaborado pela Comissão Especial da Juventude. Um dos seus dois grandes temas trata da Regulamentação dos Direitos dos Jovens entre 15 e 29 anos, e outro se refere à Criação do Sistema Nacional de Juventude, conferindo competências e obrigações à União, Estados e Municípios. Para realizar um Diagnóstico e apontar Sugestões para a Política Nacional da Juventude, em 2004, foi criado o

Grupo Interministerial, que reúne representantes de 19 Ministérios. Lançada em 2005, a Política Nacional de Juventude, a partir das Sugestões do Grupo, propiciou a criação da Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Assim, para viabilizar essa Política, foram estabelecidos nove desafios balizadores: 1) ampliação do acesso e permanência em escolas públicas de qualidade; 2) erradicação do analfabetismo entre os jovens; 3) preparação para o mundo do trabalho; 4) geração de trabalho e renda; 5) promoção de vida saudável; 6) democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; 7) promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; 8) estímulo à cidadania e à participação social; e 9) melhoria da qualidade de vida dos jovens do meio rural e das comunidades tradicionais.

A Secretaria Nacional da Juventude é um órgão da Secretaria Geral da Presidência da República e tem o objetivo específico de gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens, dentro da estrutura do

governo e junto à sociedade. Além disso, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem veio compor a Política Nacional, com o objetivo de proporcionar a formação integral aos jovens a partir da associação da formação básica, qualificação profissional e participação cidadã, o que possibilita o seu desenvolvimento através de quatro vertentes: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. Ao lado desse Programa, foi criado o Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, composto por 60 membros – 20 do Poder Público e 40 da Sociedade Civil, órgão também ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, com o intuito de viabilizar a interlocução entre os diversos atores partícipes. Em 2006, o Conjuve elaborou o documento Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas, visando orientar a construção de políticas para a juventude no Brasil. Em 2008, com a intenção de estreitar o diálogo entre a SNJ, as organizações de juventude e os jovens participantes de todo processo, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas de

Juventude. E, no sentido de comprometer o poder público e a sociedade civil com as 22 Resoluções da Conferência Nacional e com as Diretrizes elaboradas pelo Conselho, foi realizado pelo Conjuve o Pacto pela Juventude, em 2008. Esse evento, com as suas edições em 2010 e 2012, teve como objetivo a construção conjunta de uma agenda pública de juventude, de modo a garantir os direitos dos cerca de 50 milhões de brasileiros e brasileiras na faixa etária de 15 a 29 anos. Dessa forma, a indicação da consolidação de políticas públicas como políticas de Estado emergiu como uma resposta efetiva aos desafios de desenvolvimento de nosso país, e, para tanto, deveria ter o Estado como indutor, propiciando condições de ascensão social e garantindo direitos específicos que tornassem a vivência juvenil uma trajetória de emancipação.

Neste mesmo momento, com o objetivo de incluir o termo “juventude” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando aos jovens a prioridade no acesso aos Direitos Constitucionais, a exemplo da saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e

cultura, já garantidos às crianças, adolescentes e idosos, foi aprovado pelo Congresso, em setembro de 2010, o Projeto de Emenda Constitucional, elaborado e apresentado em 2003, a PEC42/2008, mais conhecida como PEC da Juventude.

Os subsídios apresentados pelo Conjuve, por meio da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas – CAPP, em 2010, nos quais estava um balanço das políticas de juventude desenvolvidas entre 2003 e 2010, período este de encerramento do governo, permitiram a realização em 2011 da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Nesse evento, foram aprovados 44 objetivos, distribuídos em cinco eixos temáticos, e seu documento final apresenta como proposta uma reforma política que garanta a participação dos jovens no poder. Os temas de seus eixos, de forma compacta, propõem: 1) defesa da luta pela consolidação de políticas educacionais e de cultura e o acesso dos jovens à comunicação das questões ligadas ao meio ambiente; 2) direito ao território, com a instituição de programas habitacionais para a juventude, e aos que trabalham na agricultura

familiar, camponesa, assalariada rural e integrantes dos povos e comunidades tradicionais, benefícios, acesso à terra e que se faça a reforma agrária; 3) direito à experimentação e à qualidade de vida; 4) direito à diversidade e à vida segura, e a reinserção socioafetiva dos jovens infratores; e 5) descriminalização e legalização do aborto, apontado como “um grave problema de saúde pública”.

Vale ressaltar que todo o processo de reflexão e pesquisa, que permitiu subsídios aos novos gestores dos governos Federal e Estadual bem como aos debates ocorridos durante a 2ª Conferência, conforme o documento produzido “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010” visava “[...] apresentar um olhar político em torno das iniciativas mais expressivas, que não é conclusivo, mas que deve ser provocador de novas reflexões” (BRASIL, 2011).

Por fim, mas não menos importante, em 2012 o “Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas” (*Aragwaksã*), sob a iniciativa da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial – CGMT, entre outras instituições, foi

construído, de forma intercultural, como uma inovação no campo da política ambiental e indigenista. “A proposta da construção de um plano de gestão territorial surgiu a partir da realização do etnomapeamento e do estudo etnoecológico dos territórios de Barra Velha e Águas Claras, que buscou compreender [...] e a tomar conhecimento da [...] forma que os Pataxó dominam os ambientes, conhecem e os manejam, indicando os principais problemas socioambientais que os desafiam [...]” (CARDOSO et. al., 2012, p.10).

Ao serem citados esses documentos, constata-se que, com o decorrer do tempo, foram se tornando alvos de maior atenção os jovens pertencentes aos diversos segmentos da população, até então inseridos como simplesmente pertencentes ao todo, sem destaque para as suas particularidades, e, entre estes, os referentes às populações indígenas. Cabe ressaltar, entretanto, que não se teve a intenção de realizar uma exaustiva análise técnica, nem mesmo pontualizar todos os documentos referentes às políticas voltadas para a juventude, mas propor que fossem os olhares mais interessados na problemática que a envolve,

direcionados às mais destacadas iniciativas que permitem reflexões, seja no âmbito do poder público como da sociedade civil. Ainda como destaque, cabe mencionar o fornecimento de dados e informações pelos *Censos Demográficos* de 2000 e 2010, que apresenta em cada edição, com maior destaque, a população indígena.

Ademais, para entender o processo de evolução das intenções de possibilitar melhores e maiores condições de respeito aos direitos do Jovem, particularmente do Jovem Indígena Pataxó, é importante a busca do conhecimento sobre as suas aspirações, o que querem, anseiam e desejam para o seu futuro, ou seja, qual o seu sentimento de pertencimento, razão maior que promove o sentir e o fazer parte da sua Comunidade.

E tudo isso, aliado ao conhecimento deste público-alvo, visitado por meio dos dados e informações levantados, permitirá o desenvolvimento das ações para o alcance dos objetivos do Projeto Avante Juventude Pataxó e de propostas de outros projetos e ações visando à melhoria da qualidade de vida dessa população.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do seu Objetivo – apresentar o retrato do Jovem Pataxó, um dos segmentos da População Indígena Pataxó no Estado da Bahia, especificamente do segmento composto por jovens pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos, selecionados para participar como público-participante do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia”, os dados e as informações contidos nas Fichas de Cadastramento foram computados e sistematizados em Quadros e Gráficos, visando à facilitação da sua análise. Participaram da pesquisa 345 jovens indígenas de 12 (doze) Aldeias indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia, sendo 04 do Município de Santa Cruz Cabrália – Coroa Vermelha, Juerana, Arueira e Mata Medonha; e 08 no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha.

25% dessa população é de jovens, ou seja, 3.960 indígenas encontram-se na faixa etária de 14 a 29 anos, foi utilizado um procedimento estatístico* para definição do nº de jovens que representariam a população total de jovens indígenas e que participariam do Projeto, haja vista as limitações de recursos orçamentários. Foi então, através do referido procedimento, um dos utilizados pelo Banco Mundial, que ficou definido como percentual o valor de 7,6% como representativo do total, ou seja, 300 jovens, meta estabelecida para o Projeto. Para este trabalho, foi considerado o número de 345 jovens cadastrados no Sistema de Avaliação e Monitoramento do Investimento Social da Petrobras (MAIS), haja vista a necessidade de precaução quanto a uma possível evasão quando da convocação para a aula inaugural e, ainda, por possibilitar, pelo maior volume da amostra, a melhoria da qualidade da análise da situação em estudo. Foram então sistematizados e analisados dados e informações desses 345 jovens indígenas, sendo 219 (63,5%) do Município de Porto Seguro e 126 (36,5%) do Município de Santa Cruz Cabrália.

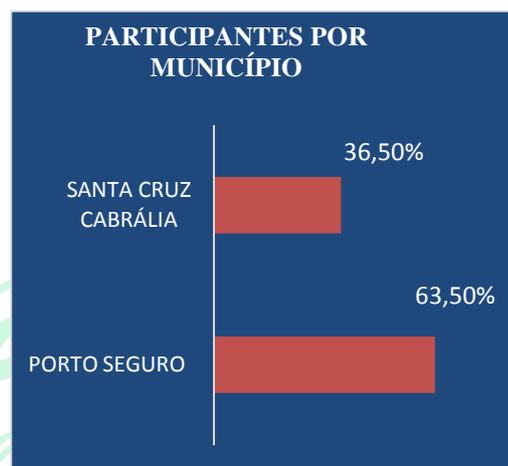


Figura 2 – *Corpus* da Pesquisa – Participantes por Município. Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014.

(*) KREJCIE, R, V.; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p.607-610, 1970 (Esses tamanhos de amostras são para um intervalo de confiança de 95% e um erro de amostragem de +/-5%).

RESULTADOS

Ao ser iniciada a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, vale ressaltar que, em determinados itens em estudo, os resultados apresentados em quantidades absolutas e/ou em percentuais não correspondem aos totais de 345 ou 100%, haja vista não estarem computadas informações com pequenos valores quantitativos e/ ou mesmo não declaradas.

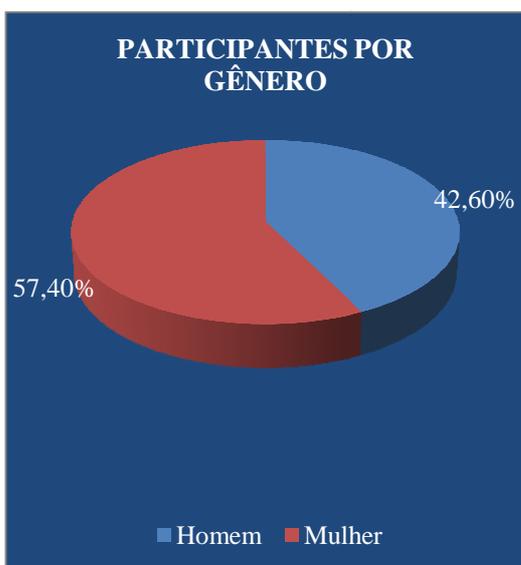


Figura 3 – *Corpus* da Pesquisa – Participantes por Gênero. Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014.

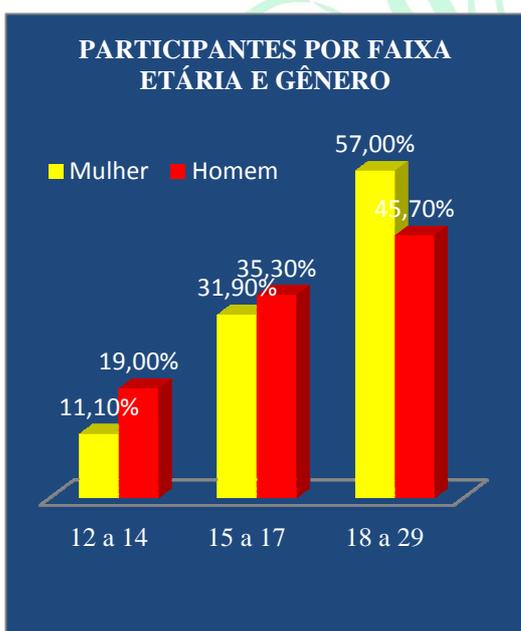


Figura 4 – *Corpus* da Pesquisa – Participantes por Faixa Etária e Gênero. Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014.

Esta população é composta por uma maioria de mulheres em número de 198 (57,4%) e por 147(42,6%) homens. Esses totais

estão distribuídos pelas faixas etárias de 12 a 14, 15 a 17 e 18 a 27 anos, correspondendo às mulheres 11,1%, 31,9% e 57%, respectivamente. Quanto aos homens nessas mesmas faixas, eles correspondem a 19%, 35,4% e 45,6 %, respectivamente.

A partir desse esclarecimento, cabe destacar que a população em estudo, é composta por 311 (90,1%), jovens solteiros, e apresenta quanto aos aspectos socioeconômicos, como: 230 (66,7%) jovens indígenas atualmente estudando e 109 (31,6%) que não estudam ou que já concluíram os estudos. Entretanto 07 (2,7%), dos 130 (37,7%) que têm o Ensino Fundamental como grau de escolaridade, concluíram o Curso, sendo que a maioria dos 123 (35,7%) não o completou. Já em relação ao Ensino Médio, 84 (24,5%) completaram o Curso e 122 (34,5%) não o concluíram. Como situação bastante particular, encontra-se o Ensino Universitário cujo acesso total foi de 09 (2,6%) indígenas, cujos 08 (2,30%) não completaram seus Cursos, e 01(0,3%) jovem concluído o Curso Superior.

Quanto ao processo de profissionalização, 56 indígenas se declararam profissionalizados,

tendo 13 (3,8%) estudado em Escola Profissionalizante, 04 (1,2%) no Sistema S, 14 (4,1%) em ONGs, 03 (0,7%) em Empresas e 22 (6,4%) em outras instituições. Ressalta-se, entretanto, a parcela de 289, ou seja, 83,8% que não declararam a sua formação profissional.

Destaque deve ser feito sobre o interesse pela participação comunitária desses jovens, que é posto em prática principalmente em reuniões nas

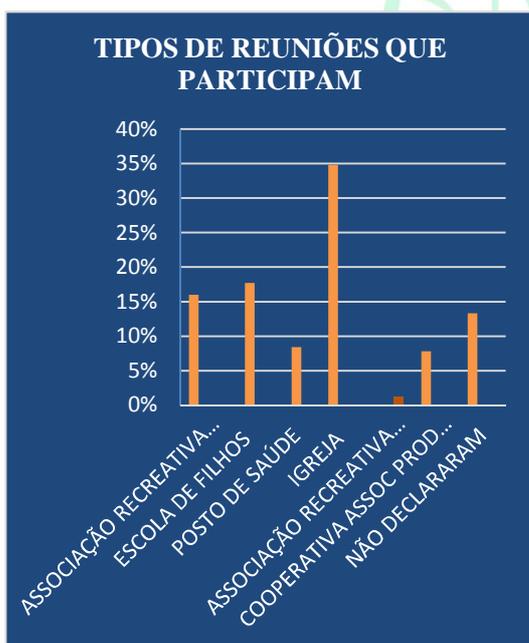


Figura 5 – *Corpus* da Pesquisa – Tipos de reuniões de que os jovens participam. Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014. Instituições. Essa prática é concretizada com 58 (16,8%) deles frequentando Associações de Bairro e 61 (17,7%) Escolas de Filhos. Ainda se concretiza por meio de reuniões em Unidades de Saúde, a exemplo

de Postos de Saúde onde participam 29 (8,4%) deles; em reuniões em Igrejas, por meio da Pastoral, frequentadas por 120 (34,8%); em Associações Recreativas e Desportivas, onde se apresentam 04 (1,2%); e nas Cooperativas, Associações Produtivas e Sindicatos com 27 (7,8%) presentes. Do total, 46 (13,3%) não declararam a participação neste tipo de atividade.

Tabela 1 – Número de Famílias e Total de Pessoas por Comunidade Pataxó Localizadas nos Municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, Território de Identidade Extremo Sul, origem do público-alvo do Projeto

COMUNIDADE	Nº FAMILIAS	Nº PESSOAS	MUNICÍPIO	TERRA
MATA MEDONHA	48	336	SANTA CRUZ CABRALIA	TI
AROEIRA	55	385		TI
COROA VERMELHA	1.292	9.044		TI
JUERANA	60	420		TI
ALDEIA VELHA	180	1.260		TI
IMBIRIBA	55	385		TI
BARRA VELHA	230	1.610		TI
MEIO DA MATA	54	378	PORTO SEGURO	TI
PÉ DO MONTE	24	168		TI
GUAXUMA	47	329		TI

BOCA DA MATA	190	1.330		TI
ALDEIA NOVA	28 (*)	196		TIN
TOTAL	2.263	15.841		

Fonte: Elaboração própria com base em *Povos Indígenas do Estado da Bahia* (BAHIA, 2012), e Superintendência de Assuntos Indígenas do Município de Porto Seguro, 2014, Informações Verbais. TI = Terra Indígena Regularizada; TIN = Terra Indígena Não Regularizada.

Esses jovens têm em sua maior parte, 257 (74,5%), como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior, enquanto outra parcela, correspondente a 67 indígenas, (19,4%), concluir o Ensino Médio. Como Área Profissional de preferência, 118 deles (34,2%) elegeram a Área de Informática, seguidos por 60 (17,4%) que optaram pela Área de Turismo, 45 (13,0%) pela Área de Saúde, 35 (10,1%) pela Área de Artesanato e Reciclagem, 34 (9,9%) pela Área de Esporte e Lazer, 20 (5,8%) pela Área de Gestão – Associativismo Cooperativismo e 13 (3,8%) pela Área de Agricultura e Produção. 20 Jovens não responderam à questão, o que corresponde a 5,8%.



Figura 6 – *Corpus* da Pesquisa – Áreas de Preferência Profissional. Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014.

Tabela 2 – Aspectos Socioeconômicos de Jovens da Etnia Pataxó – Participantes do Projeto

ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS	QUANT.	%
Escolaridade		
Estuda Atualmente	230	66,7
Grau de Escolaridade		
Ensino Fundamental Completo	7	2,7
Ensino Fundamental Incompleto	123	35,7
Ensino Médio Completo	84	24,5
Ensino Médio Incompleto	122	34,5
Ensino Superior Completo	1	0,3
Ensino Superior Incompleto	8	2,3
Profissionalização		
Profissionalizados	56	16,2
Escola Profissionalizante	13	3,8
Sistema "S"	04	1,2
ONGs	14	4,1
Empresas	03	0,7
	22	6,4

Participação Comunitária		
Associação de Bairro	58	16,8
Escola de Filho	61	17,7
Unidades de Saúde	29	8,4
Igrejas – Pastoral	120	34,8
Associações Recreativas e Desportivas	04	1,2
Cooperativas, Associações Produtivas e Sindicatos	27	7,8
Expectativas quanto ao Projeto Avante Juventude Pataxó		
Oportunidade de qualificação	328	95
Aquisição de novos conhecimentos	328	95
Qualificação para o Mercado de Trabalho	328 331	95 96
Contribuir com o Desenvolvimento da Comunidade		
Área Profissional de Preferência		
Informática	118	34,2
Turismo	60	17,4
Saúde	45	13,0
Artesanato e Reciclagem	35	10,1
Esporte e Lazer	34	9,9
Gestão – Associativismo e Cooperativismo	20	5,8
Agricultura e Produção	13	3,8
Projeto de Vida Educacional e Profissional		
Cursar o Ensino Superior e Trabalhar	257	74,5
Concluir o Ensino Médio e Trabalhar	67	19,4
Como espera contribuir para melhorar as condições de vida da Comunidade		

Participando de Projetos Comunitários	266	77,1
Desenvolvendo Trabalho Voluntário	60	17,4

Como contribuição visando à melhoria da qualidade de vida, a principal preocupação desses jovens volta-se para a necessidade de melhoria da qualidade de vida da Comunidade, e, para tanto, têm como principal expectativa a sua participação em Projetos Comunitários. Por essa razão, 266 jovens, ou seja, 77,1%, esperam participar desses Projetos. Como outra opção, encontra-se o Trabalho Voluntário, quando 60 desses jovens (17,4%) declararam essa intenção. Como outras opções e não declararam se encontram 05 e 14 jovens, respectivamente.

Como meio de informação e comunicação, 130 (37,7%) desses jovens utilizam Internet, tendo sido constatado que eles ainda utilizam os seguintes equipamentos: 08 – aparelhos de telefonia fixa, 141 – aparelhos de telefonia móvel, 60 – aparelhos de televisão, 118 – aparelhos de

DVD e 45 – computadores. Possuem, também, 15 automóveis, 46 motos e 71 bicicletas. Como aparelhos eletrodomésticos se encontram 20 fornos elétricos ou micro-ondas, 156 geladeiras, 35 máquinas de lavar, além de 70 tanquinhos e 173 fogões.

Tabela 2 (cont.) – Aspectos Socioeconômicos de Jovens da Etnia Pataxó – Participantes do Projeto

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	QUANTIDADE	%
A Família e o nº de Pessoas que coabitam com os jovens indígenas		
Até 02 Pessoas	28	8,1
De 3 a 5	158	45
De 6 ou mais Pessoas	148	42,9
A Família e a Renda Mensal		
Até meio Salário Mínimo	158	45
01 Salário Mínimo	132	38,3
Até 02 Salários Mínimos	28	8,1
03 Salários Mínimos	03	0,9
04 Salários Mínimos	02	0,5
A Família e o atual estágio de Educação Formal de seus membros		
Estudam atualmente	230	66,7
Não Estudam atualmente	109	31,6
A Família e o CADÚNICO		
Famílias Cadastradas	239	69,3
Famílias Não Cadastradas	48	13,9
A Família e os Programas de Transferência de Renda dos Governos Federal e Estadual		

Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	131	38,0
Famílias não Beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas Enquadráveis	214	62,0

A Família e Situações Especiais nela ocorridas recentemente

Indígenas em fuga, desaparecimento ou morando na rua	34	6,5
Indígenas em estado de gravidez precoce	143	27,4
Casos de violência dentro ou fora de casa	60	11,5
Indígenas em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa)	84	16,1
Indígenas em cuidados constantes por problemas de saúde	08	1,5
Casos de crianças responsáveis por cuidados a outra criança no dia a dia	03	0,6
Crianças ou Adolescentes trabalhando fora de casa	128	24,5
Casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas	07	1,3
Casos de uso e abuso de Drogas Ilícitas	55	10,5

Serviços disponíveis nas vizinhanças das habitações (distância média equivalente a 15 minutos a pé)

Declararam a existência de Creche e ou Escola Fundamental	28	8,4
Declararam a existência de Escolas Públicas de Ensino Fundamental	158	47,3
Declararam Escolas	148	44,3

Públicas de Ensino Médio		
Características Físicas das Unidades Habitacionais		
Unidade Tipo Oca	10	2,9
Unidade Tipo Casa	278	80,6
Unidade Tipo Barraco	44	12,8
Unidade Tipo Cômodo	9	2,6
Características dos Serviços de Infraestrutura das Unidades Habitacionais		
Unidades Atendidas pela Rede de Distribuição de Água da Embasa	39	11,3
Unidades Atendidas por Ligações Clandestinas de Água	24	7,0
Unidades Atendidas pela Rede de Distribuição de Energia Elétrica da Coelba	139	40,3
Unidades Atendidas por Ligações Clandestinas de Energia Elétrica	35	10,1
Unidades Atendidas com Rede de Esgotamento Sanitário	26	7,5
Unidades Não Atendidas por Rede de Esgotamento Sanitário	101	29,3
Características da Situação Legal Quanto ao Uso das Unidades Habitacionais		
Própria	311	90,2
Cedida	15	4,3
Alugada	09	2,6
Invadida	01	0,3

Fonte: Elaboração própria com base em Ficha de Cadastramento do Projeto Avante Juventude Pataxó, Bahia – IMT, 2014.

Em relação ao Rendimento das Famílias desses jovens, 158 (45,0%), apresentam Renda Mensal equivalente



Figura 7 – *Corpus* da Pesquisa – Renda Mensal das Famílias por Salário Mínimo – SM.
Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014.

até meio Salário Mínimo, enquanto 132 (38,3%) alcançam um Salário Mínimo. Com rendimentos até 02 Salários Mínimos, existem 28 (8,1%) famílias, e com 03 e 04 Salários Mínimos encontram-se 03 e 02 Famílias, respectivamente (0,9% e 0,5%). Esta informação não foi fornecida por 22 jovens.

O número de pessoas que coabitam com os jovens indígenas varia de até 02 pessoas, em número de 28 (8,1%), até 06 ou mais pessoas, que correspondem a 148 (42,9%),

passando pela faixa de 03 a 05 pessoas, 158, ou seja, 45%. Do total, 11 pessoas (3,2%) não responderam à questão.

Do total das famílias dos 345 jovens cadastrados, 239 (69,3%) estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, enquanto 48 (13,9%) não se encontram, e 58 (16,8%) não informaram a sua situação. Cabe ressaltar que, das 345 famílias, 131 (38,0%) são beneficiárias e as outras 214 (62,0%) não beneficiárias, são enquadráveis nos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal ou do Governo Estadual. Pode-se constatar que todas as 131 famílias beneficiárias participam do Programa Bolsa Família, enquanto as demais são enquadráveis nesse Programa, do qual podem fazer parte as famílias com Renda Mensal no valor de até R\$140,00 por pessoa no CADÚNICO.

Esses jovens indígenas que se encontram no centro do conjunto de graves problemas causados por questões de desigualdade social e de desestruturação da sociedade, apontaram 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, tais como: 34 indígenas (6,5%) em fuga,

desaparecimento ou morando na rua; 143 (27,4%) em estado de gravidez precoce; 60 (11,5%) casos de violência dentro ou fora de casa; 84 (16,1%) em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa); 08 (1,5%) em cuidados constantes por problema de saúde; 03 (0,6%) casos de crianças responsáveis pelos cuidados a outra criança no dia a dia; 128 (24,5%) casos de criança ou adolescente trabalhando fora de casa; 07 (1,3%) casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas; 55 (10,5%) casos de uso e abuso de drogas ilícitas.

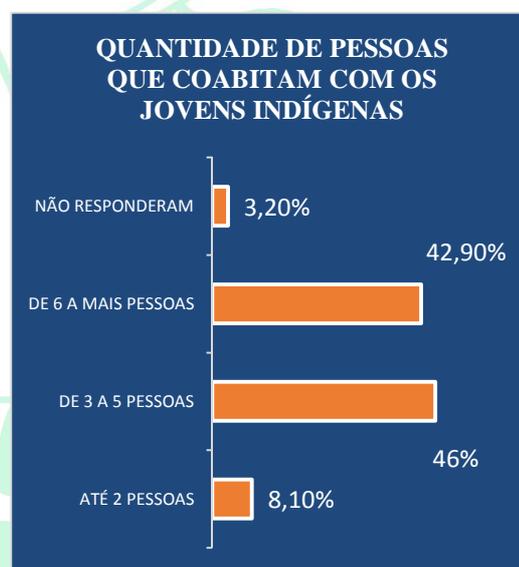


Figura 8 – *Corpus* da Pesquisa – Quantidade de pessoas que coabitam com os jovens indígenas. Fonte: Fichas de Cadastramento – 2014.

Nos arredores de seus domicílios, com acesso a pé em espaço de tempo médio aproximado de 15 minutos, os

jovens indígenas sinalizaram a existência de alguns equipamentos, tendo 28 (8,4%) sinalizado Creches e/ou Escolas Públicas Infantis; 158 (47,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Fundamental; e 148 (44,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Médio.

Quanto ao tipo e às condições das Unidades Habitacionais nestas 12 Aldeias, a configuração é a seguinte: 10 (2,9%) do tipo Oca; 278 (80,6%) do tipo Casa; 44 (12,8%) do tipo Barraco; 09 (2,6%) do tipo Cômodo. Não foram especificados os tipos de 04 (1,1%) habitações. Em relação à Situação Legal quanto ao seu uso, foi a maioria identificada como Própria, ou seja, 311 (90,2%), seguindo-se por 15 Cedidas (4,3%), 09 Alugadas (2,6%), e 01 Invasa (0,3%). Não foi identificada essa situação para 09 habitações (2,6%).

Dessas Unidades Habitacionais, 39 (11,3%) são atendidas pela Rede de Distribuição de Água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – Embasa, e 139 (40,3%) pela Rede de Distribuição de Energia da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, e 26 (7,5%) possuem Esgotamento Sanitário, sendo que, respectivamente, 24 (7,0%) e 35

(10,1%) têm Ligação Clandestina (Gatos), e 101 (29,3%) não possuem Rede de Esgotamento Sanitário. Registrou-se que 278 (80,6%) não informaram a situação em relação ao Abastecimento de Água, 171 (49,6%) em relação à Energia Elétrica e 218 (63,2%) em relação ao Esgotamento Sanitário.

Esses, portanto, são dados e informações sobre o Jovem Indígena da Etnia Pataxó contemplados nas Fichas de Cadastramento de cada um dos participantes do Projeto Avante Juventude Pataxó, e que possibilitarão, na parte seguinte deste trabalho – Discussão, melhor conhecer a sua forma de conviver coletivamente ou mesmo a necessidade de pertencer a um grupo social, ponto de partida do sentimento de pertencimento, considerado a maior razão pela qual se formam grupos, comunidades, sociedades. Para subsidiar esta etapa, serão tomados como referências documentos teóricos e institucionais selecionados, tratados na Introdução deste Trabalho.

DISCUSSÃO

Neste momento, vale registrar que, no breve histórico do processo de reconhecimento dos direitos do Jovem, a partir de determinado momento, começaram a ser destacados segmentos até o momento diluídos no todo, como o do Jovem Indígena. Apresenta-se, então, um especial cenário construído pelo elevado grau de expectativa e de disposição em contribuir com as intervenções que devem ser tomadas para a solução de seus problemas. Isso pode ser constatado por meio de várias iniciativas específicas, entre as quais se encontra o evento do qual participaram lideranças e representantes de 26 Etnias e de 14 Estados brasileiros – o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em Brasília – DF, em 2007. Nesse evento, foram apresentadas ao Governo e às Organizações Indígenas do País propostas para garantir a toda população indígena: educação de qualidade; a promoção de uma vida digna; a afirmação e valorização das suas cultura e identidade; o incentivo de meios para assegurar e garantir os seus direitos, a sua

integridade e a retomada para ampliação de seus territórios; e a construção de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Esse antecedente permite estabelecer o relacionamento dessas demandas e expectativas propostas, apresentadas de forma estratificada, com alguns dos aspectos demográficos e socioeconômicos conhecidos e expostos na parte anterior deste trabalho – Resultados. Para melhor compreensão desse relacionamento, serão tomados como referências estudos e trabalhos elaborados mais recentemente sobre a questão indígena, a exemplo do *Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó Territorial de Barra Velha e Águas Belas – 2012* (CARDOSO et al., 2012) e *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010* (BRASIL, 2011), visando à efetividade de futuros programas e projetos, propostos como instrumentos de promoção da inclusão socioprodutiva do Jovem Indígena da Etnia Pataxó do Extremo Sul da Bahia.

Ao serem pontualizadas as referidas demandas e expectativas expostas no referido II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em

Brasília (DF) em 2007; tem-se que “[...] é fundamental ampliar e diversificar as oportunidades de acesso ao ensino superior, perspectivas distantes para a maioria dos jovens indígenas, que também precisam de formação técnica e acadêmica” (SOARES, 2007). Os dados levantados constataam que, dos 345 participantes deste trabalho, somente 09 (2,6% do total) tiveram acesso ao Ensino Universitário, dos quais 08 (2,3%) não o completaram e, conseqüentemente, somente 01 jovem logrou concluir o curso. Esse resultado corrobora os conteúdos de um dos documentos tomados como referencial teórico onde, como uma das Recomendações, em seu item “Política Pública de Juventude e Educação”, visa a “[...] Garantir o acesso e a permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de assistência juvenil que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo”, e ainda, em outro documento, como Problemáticas e Ações referentes ao item “Formação Continuada de Professores Indígenas e Acesso e Permanência

nas Universidades Públicas e Particulares”, que propõe: “[...] Buscar apoio maior aos programas de incentivo ao ensino superior, para entrada (divulgação de processos seletivos, inscrição dos alunos pela Funai, etc.) e permanência do Estudante indígena nas universidades públicas e particulares. Parceiros: Funai, Governos Federal e Estadual”. Importante ressaltar que, sejam as Recomendações e/ou as Problemáticas e Ações, estas coincidem com a intenção da parcela dos 345 jovens, da qual 257 (74,5%) têm como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior. A importância que representa outra demanda, “[...] participação de adolescentes e jovens indígenas, pois nós conhecemos nossa realidade e sabemos das nossas necessidades”, está expressa nos dados dos aspectos socioeconômicos sobre o interesse desses jovens em participar na vida da comunidade por meio de reuniões em instituições, principalmente nas realizadas em Igrejas através da Pastoral, onde 120 (34,8%) jovens afirmam frequentá-las, seguidas pela participação nas reuniões

realizadas em Escolas de Filhos e Associações de Bairro, onde foi registrada a frequência de 61(17,7%) e 58(16,8%) jovens, respectivamente.

Assim, com a concepção do conhecimento da realidade em que vivem e das suas necessidades, reafirmam a sua necessária contribuição para a melhoria da vida em comunidade quando revelam suas intenções de participar no desenvolvimento de Projetos Comunitários, desejo este de 266 respondentes, ou seja, 77,1% dos jovens questionados. Ainda como outra opção no intuito de contribuição, 60 desses jovens (17,4%) se dispõem a participar de Trabalhos Voluntários. Neste cenário, ainda em relação à convicção do conhecimento de sua realidade e necessidades, esta pode ser reafirmada quando, através dos aspectos socioeconômicos, os olhares de 20 (5,8%) dos jovens se direcionam à Área de Gestão – Associativismo e Cooperativismo como preferência profissional.

Quanto aos aspectos da saúde do jovem indígena, “São necessários trabalhos voltados para a educação em saúde dos adolescentes e jovens indígenas com temas voltados para

sexualidade, prevenção das DST/Aids e outros necessários para a prevenção de nossa saúde, levando em consideração os conhecimentos tradicionais de cada povo”. Essa demanda está inserida nas Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Saúde, especificamente em seu item 13: “Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/Ministério da Saúde) e Fundação Nacional do Índio (Funai) a elaboração de diretrizes para atenção integral, prevenção e assistência à saúde reprodutiva e agravos relacionados ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na população jovem indígena”; e no item 23: “Ampliar programas e equipamentos de saúde voltados à juventude do campo, indígenas e de populações tradicionais”.

No *Aragwaksã*, especificamente em relação à Saúde indígena, destaque é feito quanto à medicina tradicional e, entre as Problemáticas e Ações encontra-se a “Promoção e Valorização da Medicina Tradicional” que tem, no rol das principais ações: “Realizar encontros, intercâmbios e assembleias entre os conhecedores(as) da medicina

tradicional e pajés com comunidades da TI, para que esses conhecimentos sejam valorizados e não se percam com o tempo” (CARDOSO et al., 2012, p.88). Com essa preocupação, 45 (13,0%) indígenas escolheram a Saúde como Área Profissional de Preferência, posição esta que pode ser traduzida como a necessidade de expressar o sentimento de pertencimento a sua cultura e está registrada como uma das demandas e expectativas do mais uma vez referido Encontro dos Povos das Florestas: “Queremos o respeito e a garantia dos nossos conhecimentos tradicionais, a não discriminação e racismo, para que assim possamos promover uma cultura de paz para o respeito a todo tipo de diversidade” (SOARES, 2007).

Também como resultados dos aspectos socioeconômicos em relação aos rendimentos das famílias desses jovens, foram constatadas 158 (45,0%) Famílias com Renda Mensal equivalente a meio Salário Mínimo, seguidas por mais 132 (38,3%) com até 01 Salário Mínimo, e as demais com rendimentos variáveis de 02 a 04 também Salários Mínimos. Essa situação permite aos jovens a

formulação de Demandas como: “[...] queremos a oportunidade de permanecer em nossas aldeias, a partir da implantação de políticas públicas de geração de trabalho e renda em nossas comunidades”; e “Temos potencial de fonte de renda, mas precisamos de incentivos técnicos para a criação de cooperativas e associações, para divulgarmos nossa cultura e nossas tradições através de atividades como artesanato, agricultura, piscicultura, artes e turismo, e assim gerando renda e possibilitando a permanência nas nossas comunidades”. Constata-se, portanto, a necessidade da implantação e implementação de políticas oficiais voltadas para a dimensão do trabalho para o público jovem, contemplando iniciativas que vão desde as que elevam a escolaridade e a qualificação dos jovens, àquelas que favoreçam, direta e/ ou indiretamente, a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, essas iniciativas, como vimos na parte introdutória deste trabalho, contemplam desde a capacitação profissional e/ou a ampliação da escolaridade, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, Projovem Adolescente, Projovem

Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador, até as iniciativas voltadas para oportunidades de inserção no mercado de trabalho, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Jovem.

Estas constatações quanto às políticas existentes em relação à geração de renda e inserção no mercado chocam-se com os rendimentos declarados por família, mais precisamente com o conhecimento dos dados registrados no levantamento dos aspectos socioeconômicos, quando se verifica o número de pessoas que coabitam com os jovens indígenas, que variam de até 02 pessoas, em número de 28 (8,1%), a até 06 ou mais pessoas, que correspondem a 148 (42,9%), e passando pela faixa de 3 a 5 pessoas, 158, ou seja, 45%.

Para melhor apreensão do cenário apresentado, deve-se retornar às famílias dos 345 jovens cadastrados, onde 239 (69,3%) estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, enquanto 48 (13,9%) não se encontram inscritas e ainda que, das 345 famílias, 131 (38,0%) são beneficiárias e as outras 214 (62,0%) não beneficiárias são

enquadráveis nos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal ou do Governo Estadual. Todas as 131 famílias beneficiárias participam do Programa Bolsa Família, enquanto as demais são enquadráveis nesse Programa, do qual podem fazer parte famílias com Renda Mensal no valor de até R\$140,00 por pessoa inscrita no CADÚNICO.

Ao se ter o conhecimento da Demanda – “[...] queremos a tecnologia em nossas aldeias, para garantir a inclusão digital dos povos indígenas com instalação de computadores e pontos da Internet nas aldeias” –, constata-se o atual posicionamento do jovem indígena em demonstrar, conforme o *Aragwaksã* (CARDOSO et al., 2012, p.81), a preocupação com o tema Educação e Fortalecimento da Cultura, em que, entre as Problemáticas e Ações, encontra-se a Internet e a proposta de implantá-la nas aldeias, escolas e centros culturais, em parceria com Municípios, Estado e a Funai. No rol das Políticas Públicas de Cultura e Juventude, encontra-se o Programa Cultura Viva-Arte, Educação e Cidadania (desde 2004) e, como uma das suas Ações, os Pontos de

Cultura. Assim, a fim de se apropriarem de meios de instrumentos tecnológicos, em especial a Internet, buscam meios para beneficiar suas comunidades. Vale ressaltar que os dados dos aspectos socioeconômicos constata a Área Profissional de maior preferência como a Área de Informática, preferida por 118 jovens (34,2%), sendo ainda informado que 130 já utilizam a Internet.

Ao se observar que os jovens em estudo reconhecidamente se encontram no centro do conjunto de graves problemas, os dados apontaram para 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, causadas pelas situações de desigualdade social e de desestruturação da sociedade. Situações estas que a Política Nacional da Juventude trata por meio de Programas especiais tais como o Programa Nacional de Segurança Pública – Pronasci, o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM e o Programa de Redução da Violência Legal – PRVL.

Ao ser tratado o aspecto socioeconômico Situação Legal das

Unidades Habitacionais, constata-se que a sua grande maioria está localizada em terras indígena – TI, com exceção das que se encontram na Aldeia Nova. Esta Situação Legal quanto ao seu uso foi identificada como Própria no total de 311 (90,2%) Unidades, seguindo-se por 15 Cedidas (4,3%), 09 Alugadas (2,6%), e 01 Invadida (0,3%). Dessas Unidades Habitacionais, 10 (2,9%) são definidas como do tipo Oca; 278 (80,6%) do tipo Casa; 44 (12,8%) do tipo Barraco; e 09 (2,6%) do tipo Cômodo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho caracterizou o Jovem Indígena Pataxó, por meio de dados e informações de um grupo composto por 345 Jovens Indígenas Pataxó no Estado da Bahia, pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos e selecionados para participar do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia”. Neste trabalho, foram tratados aspectos demográficos e socioeconômicos considerados como relevantes para conhecimento dessa

população, em particular do Jovem Indígena, e vale ressaltar que, por serem interdependentes, muitas vezes não puderam ser considerados de forma isolada.

Dessa forma, com o conhecimento desses aspectos, que permite uma melhor compreensão do Jovem Pataxó, este trabalho pretende subsidiar propostas para a elaboração e implantação de novos Projetos e Ações voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo, seja quanto à sua Formação Social, Qualificação Profissional, entre outros aspectos. Entretanto, ressalta-se que tudo isso depende da necessária apreensão dos seus anseios e desejos, expressos em parte como dados primários no rol das respostas dos Questionários disponibilizados e, também, em outra parte, identificados nos documentos tratados na Introdução deste trabalho. Nesses documentos, além da participação de representantes da juventude indígena, está registrada a ativa participação de técnicos, representantes da sociedade civil e gestores de instituições municipais, estaduais e federais.

Dessa forma, foram bastante oportunas e importantes as relações

realizadas por intermédio das respostas primárias obtidas com os Questionários, as Problemáticas e Ações e as Demandas de diversos documentos, particularmente os voltados especialmente para os povos indígenas, que marcaram e marcam o processo de reconhecimento dos direitos dos jovens, em relação aos aspectos da cultura, educação, saúde e questões territoriais, entre outras.

A análise dos resultados dos aspectos demográficos e socioeconômicos revela uma situação que merece especial atenção, haja vista que, diante da evolução dos textos apresentados, com intervenções e iniciativas específicas, constata-se, por meio dos dados primários levantados, que o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos Projetos e Ações voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo, e para a Formação Social, Qualificação Profissional, entre outros aspectos, significa a elaboração de difíceis propostas que implicam mudanças sociais, culturais e de valores.

REFERÊNCIAS

- ADMIM. *Simpósio Indígena avaliou usos da Internet em comunidades no Brasil*. 1º Simpósio Indígena sobre usos da Internet no Brasil, São Paulo, nov. 2010. Disponível em: < www.usp.br/nhii/simposio/ >. Acesso em: 9 set. 2014.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar. Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional. *Povos Indígenas do Estado da Bahia*. Salvador, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. *Pacto pela juventude: documento*. Brasília, 2012. Disponível em: < www.juventud.gov.br/conjuve/documentos/pacto-pela-juventude >. Acesso em: 10 set. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010*. Brasília, 2011. Disponível em: < www.juventude.gov.br/.../reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-2003-2010 >. Acesso em: 16 set. 2014.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *2ª Conferência Nacional de Juventude*. Brasília, dez. 2011. Disponível em: < www.juventude.gov.br/conferencia-nacional >. Acesso em: 11 set. 2014.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Chamada pública: Encontro de Pesquisadores Pesquisadoras de Políticas de Juventude*. Brasília, jul.2014. Disponível em: < www.juventude.gov.br/noticias.../ >. Acesso em: 20 jul. 2014.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude*. Brasília, 2011. Disponível em: < www.juventude.gov.br/politicas >. Acesso em: 16 set. 2014.
- CANUTO, Lourenço. *Conferência Nacional de Juventude termina com pedido de maior espaço político*. Brasília, Agência Brasil, 12/12/2011. Disponível em: < [memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-12-12/... /](http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-12-12/.../) >. Acesso em: 15 ago. 2014.
- CARDOSO, Thiago Mota; PARRA, Lilian Bulbarelli; SANT'ANA, Graziela Reis de; PINHEIRO, Maíra Bueno. (Org.). *Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. Brasília: FUNAI/ CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.
- ÍNDIOS ONLINE. *1º Encontro Pontos de Cultura Indígena do Nordeste*. Ilhéus, Bahia, 25 a 29 de março de 2014. Disponível em: < www.indiosonline.net/.../ >. Acesso em: 12 jun. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas (2008-2009)*. Rio de Janeiro, 2012 a. Disponível em: < www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf >. Acesso em 15 set. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012 b. Disponível em: < www.ibge.gov.br/indigenas/indigen

a_censo2010.pdf >. Acesso em: 15 set. 2014.

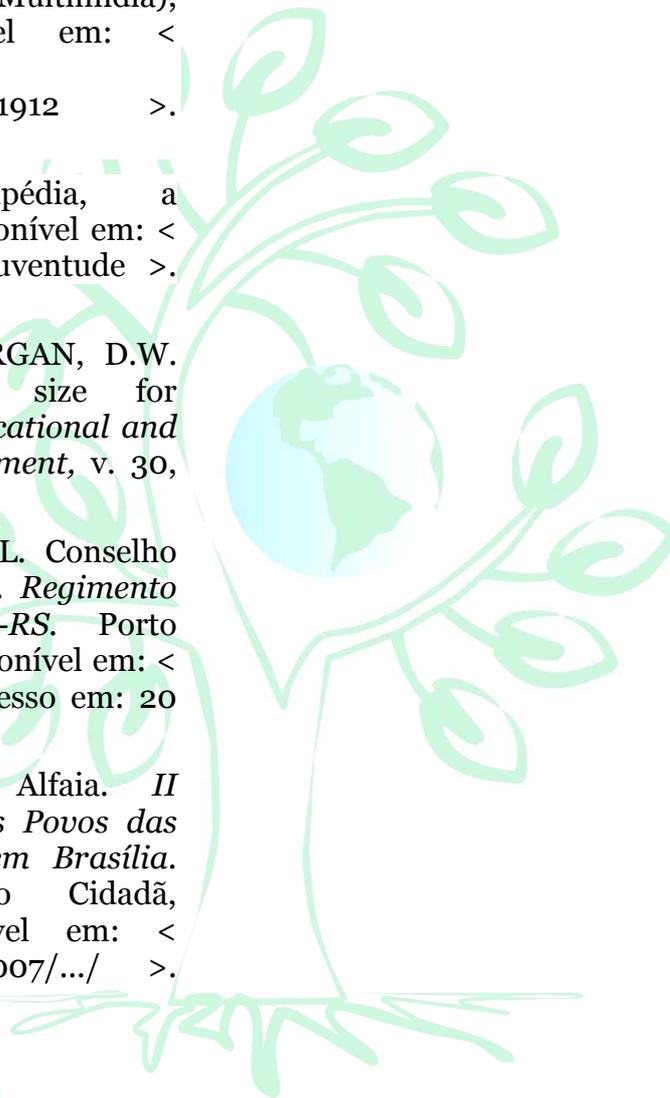
INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (IRDEB). *Vitória da juventude brasileira: Senado aprova PEC 42/2008*. Salvador: Irdeb (Portal Multimídia), 12.07.2010. Disponível em: < www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=1912 >. Acesso em: 12 set.2014.

JUVENTUDE. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: < pt.wikipedia.org/wiki/Juventude >. Acesso em: 10 set. 2014.

KREJCIE, R, V.; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p.607-610, 1970.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Juventude. *Regimento Interno do Conjuve-RS*. Porto Alegre, 14/7/2014. Disponível em: < www.rs.gov.br/.../ >. Acesso em: 20 ago. 2014

SOARES, Waldemir Alfaia. *II Encontro Nacional dos Povos das Florestas é lançado em Brasília*. Rede de Educação Cidadã, 29/06/2007. Disponível em: < recid.redelivre.org.br/2007/.../ >. Acesso em: 8 set. 2014.



Mãe Terra